

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.
São Paulo, 25 de abril de 2018

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	204.897	600.379	210.038	774.541
Títulos e valores mobiliários	5	118.562	146.535	118.562	146.535
Contas a receber de clientes	6	76.508	173.677	76.082	306.438
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(40.488)	(29.903)	(40.488)	(34.793)
Estoques	7	457.293	510.427	457.293	863.541
Impostos a recuperar	8	56.257	60.951	56.941	81.828
Outros créditos		32.461	80.026	33.247	83.486
Total do ativo circulante		905.490	1.542.392	911.675	2.221.576
Ativo não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	4.671	7.154	8.151	10.069
Contas a receber de clientes	6	4.155	4.724	4.155	20.971
Partes relacionadas	17	5.850	313.433	5.950	313.433
Estoques	7	40.288	6.745	40.288	42.935
Impostos a recuperar	8	9.671	80.253	9.671	99.259
Depósitos judiciais		72.613	68.502	72.622	68.502
Outros créditos		63.049	71.595	65.230	76.245
Propriedade para Investimentos		28.099	25.588	28.099	25.588
Investimentos:					
Em controladas	9	266.104	1.202.150	—	—
Outros	9	265	498	8	7.859
Imobilizado	10	1.876.365	2.934.524	2.221.686	4.064.016
Intangível:					
Agio	11	301.312	301.312	301.312	1.274.986
Outros intangíveis	11	144.405	153.641	160.969	168.583
Total do ativo não circulante		2.816.847	5.170.119	2.918.141	6.172.446
Total do Ativo		3.722.337	6.712.501	3.829.816	8.394.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita Líquida	20	1.672.864	2.019.774	2.999.345	4.488.351
Custo das Vendas e dos Serviços Lucro Bruto	21	(1.656.359)	(1.770.228)	(2.499.011)	(3.576.030)
		16.505	249.546	500.334	912.321
Recursos (Despesas) Operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	21	(398.982)	(420.208)	(512.757)	(601.000)
Outras receitas (despesas) operacionais	9	99.600	113.863	(2.251)	(585)
(Prejuízo) Lucro antes do Resultado Financeiro	21	(779.495)	44.360	(779.609)	70.807
Resultado Financeiro					
Varição cambial	22	14.359	13.503	3.382	(42.330)
Receitas financeiras	22	89.576	98.818	94.671	113.977
Despesas financeiras	22	(400.846)	(572.285)	(481.243)	(828.870)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social					
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.359.283)	(472.223)	(1.177.473)	(375.680)
Resultado Abrangente Total do Exercício	19	(300.726)	189.255	(373.469)	127.236
Prejuízo do Exercício					
Prejuízo Atribuído a Participação controladora		(1.660.009)	(282.968)	(1.550.942)	(248.444)
Participação não controladora		—	—	—	(282.968)
Prejuízo por Ação Básico/diluído por ação ON - R\$	24	(421.001,52)	(71.764,65)	(421.001,52)	(71.764,65)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Prejuízo do Exercício					
Outros Resultados Abrangentes					
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior	9	(1.965)	(133.019)	4.604	(149.608)
Itens reclassificados para a reserva de capital decorrente de transação entre controladores:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior		350.504	—	350.504	—
Itens reclassificados para o resultado do período:					
Diferenças cambiais na conversão de operações no exterior		28	(3.023)	28	(3.023)
Resultado Abrangente Total do Exercício		(1.311.470)	(419.010)	(1.195.834)	(401.075)
Resultado Abrangente Atribuído a Participação controladora		(1.311.470)	(419.010)	(1.311.470)	(419.010)
Participação não controladora		—	—	—	115.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.359.283)	(472.223)	(1.177.473)	(375.680)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação, amortização e exaustão		234.230	263.667	306.427	424.238
Resultado de equivalência patrimonial		(99.600)	(113.863)	2.251	586
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas		91.306	17.265	96.892	25.972
Juros, encargos provisionados e variações cambiais		287.871	474.195	347.107	723.092
Ganho na venda de ativo imobilizado		(32.282)	(39.476)	(33.305)	(39.475)
Alíquota de valor recuperável		15.532	2.866	15.532	3.296
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		747.975	—	747.975	—
Partes relacionadas		(43.350)	(14.718)	(6.513)	1.813
Contas a receber de clientes		95.377	(12.130)	18.105	(62.552)
Estoques		(28.589)	85.753	(103.913)	(22.150)
Impostos a recuperar		75.276	22.470	78.145	26.253
Dividendos recebidos		93.551	189.588	—	—
Outros créditos		8.918	(8.550)	4.979	16.262
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Partes relacionadas		97.502	28.200	(9.253)	(10.882)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhista		39.521	(60.650)	52.138	(42.971)
Salários e férias a pagar		(574)	(14.567)	(10.203)	10.219
Outras obrigações e contas a pagar		75.771	(3.703)	81.587	(6.238)
Impostos e obrigações a pagar		(100.607)	7.925	(104.978)	(1.457)
Imposto de renda e contribuição social pagos		198.545	352.049	305.500	670.326
Juros pagos		(36.764)	—	(65.140)	(41.277)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(427.783)	(480.629)	(482.860)	(637.085)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas		46.344	(47.512)	46.402	(47.224)
Aquisição de imobilizado		(135.936)	(141.661)	(266.751)	(306.058)
Adição de intangível		(13.827)	(845)	(21.197)	(4.002)
Aumento do investimento		(48.782)	(7.450)	(48.782)	—
Recabimento pela venda de ativo imobilizado		5.102	18.248	7.694	18.248
Caixa oriundo da incorporação		0	7.300	12	—
Caixa transferido na redução de capital		—	—	(60.927)	—
Recabimento pela venda de investimento		290.000	266.477	290.000	266.477
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		142.721	94.457	(53.549)	(72.559)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Aumento de capital		—	—	—	(2.048)
Resgate (pagamento) de swap		(15.235)	—	—	(15.235)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		—	297.597	301.043	675.684
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(572.568)	(218.919)	(822.389)	(481.521)
Recabimento de empréstimos com partes relacionadas		371.153	—	371.153	—
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		—	—	(51.382)	(15.555)
Partes relacionadas		(39.205)	(308.684)	(33.639)	(308.684)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(255.855)	(230.006)	(250.899)	(132.124)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(379.136)	(264.129)	(546.948)	(212.719)
Varição Cambial de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		600.379	626.420	774.541	1.074.711
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		204.887	600.379	210.938	774.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Capital social	Ganho ou perda em transação com acionistas	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a controladora	Participação não patrimonial	Total do patrimônio líquido
				Legal	Incentivos fiscais					
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.138.292	140.194	159.931	117.619	(78.388)	(85.722)	2.391.926	87.153	2.479.079
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	(282.968)	34.524	(248.444)	—
Ganhos com alienação de participação em controlada	1	—	258.517	—	—	—	—	598	259.115	—
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—	(136.042)	—	(16.589)	(152.631)	—
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado		—	—	—	—	(9.112)	9.112	—	—	—
Dividendos propostos	18	—	—	—	—	—	—	(4.878)	(4.878)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		2.138.292	398.711	159.931	117.619	(223.542)	(359.578)	2.231.433	100.808	2.332.241
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	(1.660.009)	109.065	(1.550.944)	—
Redução de capital	18	(1.351.648)	—	—	—	—	199.648	(1.152.000)	(100.387)	(1.252.387)
Efeitos tributários sobre a redução de capital com o ágio de controlada	19 (a)	—	328.299	—	—	—	—	328.299	—	328.299
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	18	—	(159.931)	—	—	—	159.931	—	—	—
Ganhos com alienação de participação em controlada	1 (f)	—	156.699	—	—	—	—	156.699	36.363	193.062
Perdas com transferência de controlada ao controlador	1 (i)	—	(350.504)	—	—	350.532	—	28	28	—
Perdas com alienação de participação em controlada	1(h)(9)(d)	—	(15.159)	—	—	—	—	(15.159)	(755)	(15.914)
Outros resultados abrangentes	9	—	—	—	—	(1.965)	—	(1.965)	6.571	4.606
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	1 (i)	—	121.312	—	—	(124.933)	3.621	—	—	—
Dividendos pagos	18	—	—	—	—	—	—	(45.081)	(45.081)	—
Dividendos propostos	18	—	—	—	—	—	—	(15.122)	(15.122)	—
Juros sobre o capital próprio de períodos anteriores	18	—	—	—	—	—	(151.235)	(151.235)	(151.235)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		786.644	639.358	117.619	92	(1.807.622)	(263.909)	91.462	(172.447)	2.332.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Brasil S.A. ("Companhia") está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras a Cauê Áustria Holding GmbH e a Cimpor Trading e Inversiones S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 16 fábricas de cimento, 33 usinas de concreto e 2 unidades de agregados, todas localizadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor.

Em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações financeiras da Companhia (controladora) apresentam capital circulante líquido negativo de R\$1.006.116 (R\$985.640 no consolidado), que inclui parcela do curto-prazo de empréstimos e financiamentos no valor de R\$840.360 (R\$846.044 no consolidado). Considerando diferentes cenários de premissas utilizadas na definição do seu Plano de Negócio para 2018 e nas projeções de seu Fluxo de Caixa, a Companhia iniciou desde o final de 2017 diferentes ações para reforçar seu caixa e capital. Otevamos avanços importantes no início deste ano na negociação de alongar as parcelas vincendas das suas Debêntures emitidas em agosto de 2012 e o principal da Cédula de Crédito Bancário emitida em junho de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada no dia 27 de março de 2018, foi deliberado aumento de capital no valor de R\$1.150.000. Tal deliberação envolveu a capitalização de créditos dos acionistas e a capitalização em dinheiro, o que irá reforçar o caixa da Companhia, além de R\$547.875 recebidos em março de 2018 com a venda, a valor de mercado, do crédito "Fixed rate notes" pela Cauê Finance à Cauê Áustria Holding.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes em cada exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.12. Subvenções governamentais
Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais estão detalhadas na nota explicativa nº 18.

2.13. Estoques
São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a base.

2.14. Imobilizado
É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.15. Ativos intangíveis
2.15.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente
São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.15.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios
Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data de aquisição.

2.15.3. Ativos intangíveis gerados internamente
O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
 - A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
 - A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
 - Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
 - A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
 - A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.
- O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.
- 2.16. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio
No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.
- Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.
- O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.
- Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.
- 2.17. Provisões
São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar o valor líquido de forma confiável e cuja liquidação seja provável e mensurável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.
- 2.18. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas
Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.
- Nesses contextos, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados à medida da depreciação dos ativos.
- A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões constituídas.
- 2.19. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP
A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), o Consórcio Estreito Energia ("Consórcio Estreito") e o Consórcio Machadinho ("Consórcio Machadinho") possuem concessão para exploração e operação de usinas hidrelétricas de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.
- A vigência dos contratos de concessão é de: (i) 35 anos para a BAESA, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001; (ii) 35 anos para o Consórcio Estreito, contados a partir da data inicial de 20 de maio de 2002; e (iii) 35 anos para o Consórcio Machadinho, contados a partir do ano de 1997.
- Os contratos de concessão da BAESA e Consórcio Estreito também estabelecem que um montante seja pago pelo BPP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é pago atualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- 2.20. Tributação
2.20.1. Impostos correntes
A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.
- 2.20.2. Impostos diferidos
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas.
- A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros proporcionarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.
- Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.
- 2.21. Instrumentos financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.
- Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.
- Ativos financeiros
Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos em veículos; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.
- (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação, ou seja, se:
- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
 - No reconhecimento inicial for parte de carteira de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
 - For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.
 - Investimentos mantidos até o vencimento
- Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.
- (b) Ativos financeiros disponíveis para venda
Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) empréstimos e recebíveis.
- (c) Empréstimos e recebíveis
Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.
- Os investimentos mantidos até o vencimento e os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.
- Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.
- (a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.
- (b) Outros passivos financeiros
Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, sendo a despesa financeira reconhecida com base na remuneração efetiva.
- Instrumentos financeiros derivativos
Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente mensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge", nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". A classificação de instrumentos financeiros em passivos e instrumentos patrimoniais
A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.
- 2.22. Caixa e equivalentes de caixa
São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos da data da contratação, ou com compromissos de compra, prontamente convertíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado.
- 2.23. Juros sobre o capital próprio
São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.
- 2.24. Novas e revisadas normas e interpretações (IFRS)
Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2017

A adoção das IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não exerceu impacto relevante sobre os valores reportados ou divulgados no período corrente.

Normas, interpretações e alterações de normas que ainda não estão em vigor
Os pronunciamentos e as interpretações contábeis a seguir, emitidos até 31 de dezembro de 2017 pelo IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9/CPC 48
IFRS 15/CPC 47
IFRS 16/CPC 06

Instrumentos Financeiros (a)
Receta de Contratos com Clientes (a)
Arrendamentos (b)
Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseadas em Ações (a)
Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (c)
Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (a)
Transferência de Propriedades para Investimentos (a)
Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Companhia ainda está avaliando os possíveis impactos, da adoção dos novos pronunciamentos, nas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS
Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisadas feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis
A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1. Redução ao valor recuperável do ágio
Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.2. Uso de estimativas
As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental, desmantelamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

3.3. Ativos imobilizados e intangíveis
A estimativa de vida útil adotada pela Companhia é conforme segue:

	Vida útil
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas (*)	-
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	2017	2016
Caixa e bancos (*)	29.247	411.093
Aplicações financeiras	175.650	189.286
Total	204.897	600.379

(*) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuem saldos em moedas estrangeiras (euros e dólares norte-americanos) equivalentes a R\$473 (R\$473 no consolidado). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam saldos em moedas estrangeiras (euros e dólares norte-americanos) equivalentes a R\$400.644 (R\$431.959 no consolidado). As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora	Consolidado
	2017	2016
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	31.940	133
Operações compromissadas	59.987	-
Fundos exclusivos (a):		
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	2.930	43.435
Letras do Tesouro Nacional - LFTs	-	111.003
CDBs	771	3.854
Cotas de Fundos de renda fixa	7.978	30.861
Operações compromissadas	72.444	-
Aplicações financeiras em moeda estrangeira:		
Em pesos argentinos	-	96.792
Em dólares norte-americanos	-	14.586
Outros	-	5.711
Total	175.650	189.286

(a) Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações em cotas de fundos exclusivos renderam em média de 100% a 115% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102% a 112,7% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Resultado do exercício		Ajuste de avaliação patrimonial (a)		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos investimentos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Controladas:														
Loma Negra C.I.A. S.A. (b) e (c)	-	99,44	-	56.288.374	-	152.219	-	100.608	(1.965)	(117.343)	126.790	100.048	-	1.116.958
Neogera Investimentos em Inovação Ltda. (d)	100,00	100,00	580.000	580.000	573	592	(19)	8	-	1	(19)	8	573	592
CCComercios Participações Ltda.(e)	-	-	-	-	-	-	-	3.323	-	(11.579)	-	3.322	-	-
Yгуазуú Cimentos S.A. (f)	-	-	-	-	-	-	-	23.345	-	(3.700)	-	4.672	-	-
Transviária Logística e Transportes Ltda. (g)	-	-	-	-	-	-	-	386	-	-	-	384	-	-
CECC Incorporadora e Administradora de bens Ltda. (p)	100,00	-	37.261.303	-	37.311	-	-	-	-	-	-	-	37.311	-
Barra Grande Participações S.A (h)	81,09	81,09	64.129.456	64.129.456	69.303	70.587	22.087	25.092	-	-	(13.429)	5.084	43.809	57.238
Machadinho Participações S.A (i) e (j)	81,30	81,30	25.849.870	25.849.870	41.279	32.529	30.000	2.935	-	-	(12.591)	581	13.855	26.446
Estreito Participações S.A (i) e (k)	80,80	100,00	146.569.168	1.000.500	184.676	916	13.454	(84)	-	-	1.153	(84)	170.556	916
									(1.965)	(132.621)	101.904	114.015	266.104	1.202.150
Operações em conjunto:														
CCEscm Cement (m)	50,10	50,10	9.018	9.018	-	-	-	62	-	(398)	-	31	-	-
										(398)		31		
Outros investimentos:														
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda. (l)	100,00	50,00	700.000	350.000	266	347	(82)	(391)	-	-	(69)	(196)	265	174
Companhia de Mineração Candiota	-	48,00	-	480.000	-	-	-	25	-	-	-	13	-	324
												(69)	(183)	265
Provisão para perdas em controladas (n):														
Inversões Rios Primeira (o)	-	99,90	-	99.900	-	(20)	-	-	-	-	-	-	-	(20)
Companhia de Mineração Candiota	48,00	-	480.000	-	(3.981)	-	(4.657)	-	-	-	(2.235)	-	(1.911)	(20)
											(2.235)	-	(1.911)	(20)
Total											(1.965)	(133.019)	99.600	113.863

(a) Representado, substancialmente, por variação cambial dos investimentos no exterior.

(b) Em 24 de julho de 2017, a Companhia realizou a transferência de seu investimento na controlada Loma Negra aos seus acionistas, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 e 18. A Companhia reconheceu a equivalência patrimonial da controlada Loma Negra até 30 de junho de 2017.

(c) Em 31 de dezembro de 2016, parte do saldo no valor de R\$65.584 refere-se ao ágio pago na aquisição de uma empresa, que foi parcialmente amortizado pela taxa anual de 12,5% até 31 de dezembro de 2008. Esse ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, a amortização desse ágio cessou. O resultado da última análise, efetuada para o exercício findo de 31 de dezembro de 2016, indicou que o valor recuperável das unidades geradoras de caixa correspondentes ao ágio supera o valor registrado desses ativos, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. No exercício de 2017, esse ágio foi transferido aos acionistas da Companhia, juntamente ao investimento na Loma Negra, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 1 (f) e 18.

(d) Em 19 de fevereiro e 15 de setembro de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Neogera Investimentos em Inovação Ltda., em R\$150 e R\$100, respectivamente.

(e) Em 30 de outubro de 2016, a outra sócia, Camargo Corrêa S.A., cedeu e transferiu a totalidade de suas ações detidas na controlada CCComercios Participações para a Companhia, pelo montante de R\$31. Em 30 de novembro de 2016, a controlada CCComercios Participações foi incorporada na Companhia.

(f) Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia alienou o equivalente a 16% de participação acionária na Yгуазуú a sua controlada Loma Negra, conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (e).

(g) Em 1º de agosto de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Transviária Logística e Transportes Ltda. em R\$ 3.900. Em 31 de agosto de 2016, referida controlada foi incorporada.

(h) Em 8 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou o capital da controlada Barra Grande Participações S.A. ("Barra Grande") em R\$63.828, mediante a conferência da totalidade das ações detidas pela Companhia na operação em conjunto BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), no montante de R\$62.828, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000, integralizada em 6 de janeiro de 2016. Em 28 de abril de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Barra Grande Participações S.A. em R\$300. Em 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais da controlada Barra Grande, 18,91% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (d).

(i) Em 14 de janeiro de 2016, a Companhia aumentou o capital social nas controladas Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A., no valor de R\$1.000 para cada controlada.

(j) Em 28 de julho de 2016, a Companhia aumentou o capital social na controlada Machadinho Participações, mediante a conferência de 5,28% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Machadinho, no montante de R\$ 30.795, além da contribuição em moeda nacional de R\$1.000. Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais da referida controlada, equivalente a 18,70% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (b).

(k) Em 21 de novembro de 2016, a Companhia aumentou o capital da controlada Estreito Participações S.A. ("Estreito"), mediante a conferência de 4,44% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Ceste, no montante de R\$180.397. Em 24 de abril de 2017, a Companhia alienou a totalidade das ações preferenciais de sua controlada Estreito, equivalente a 19,20% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (f).

(l) Em 29 de março de 2017, a Companhia passou a ser controladora integral da Eco-Processa Tratamento de Resíduos Ltda., adquirindo 350.000 quotas representativas de 50% do capital social, pelo montante de R\$284.

(m) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscm Cement, no montante de R\$8.205. A Companhia entende que a provisão deve ser mantida para 2017, pois não houve alteração nos critérios para reconhecimento da provisão.

(n) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.

(o) Em 24 de maio de 2017, os acionistas da controlada Inversões Rios Primeira Ltda., aprovaram a dissolução da Sociedade, e a devolução do capital social ocorreu em 20 de junho de 2017.

(p) Em 10 de abril de 2017, a Companhia adquiriu a controlada CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (h).

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são como segue:

Barra Grande Participações S.A.: empresa brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2016, possui a participação da Companhia na BAESA, que tem como objetivo principal explorar o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

(a) A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de converter dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de reversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos;

(b) Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitiriam esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificadas como instrumentos financeiros derivativos e mensuradas pelo seu justo valor na data de cada demonstração financeira.

Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram pagos e/ou propostos dividendos aos minoritários relacionado a essas transações no montante de R\$60.203 e R\$4.878, respectivamente.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.359.283)	(472.223)	(1.177.473)	(375.680)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	462.156	160.556	400.341	127.731
Ajuste para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	33.864	38.714	(765)	(199)
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(36.009)	(5.557)	(35.906)	(4.398)
Realização de imposto de renda e contribuição social sobre amortização de ágio - Loma Negra	(328.299)	-	(328.299)	-
Diferença de alíquotas para resultado no exterior	-	-	4.824	5.039
Juros sobre o capital próprio, líquidos	51.420	-	51.420	-
Provisão para perda ao valor recuperável de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(485.588)	-	(485.588)	-
Outras	1.730	(4.458)	20.504	(937)
Recalculação (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(300.726)	189.255	(373.469)	127.236
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dos livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.				
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:				
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	68.188	164.749	68.188	164.749
Riscos tributários, civis e trabalhistas	-	21.220	-	25.744
Provisão para reconstituição ambiental	-	19.430	-	19.430
Programa de Integração Social - PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (Impostos parcelados)	-	27.913	-	27.913
Provisões para participação nos lucros	-	8.702	-	8.702
Provisões para serviços de terceiros	-	6.794	-	6.794
Provisão para devedores duvidosos	-	10.167	-	10.984
Outras provisões para perdas	-	8.198	-	8.198
Varição cambial tributada pelo regime de caixa	-	41.001	-	41.001
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.177	-	5.177
Outras provisões temporárias	-	21.201	-	26.107
Total ativo	68.188	334.552	68.188	344.729
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	104.787	427.227	104.787	427.227
Avaliação da vida útil do imobilizado (b)	92.536	88.843	92.536	146.331
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	3.690	4.514	3.690	4.514
Outras	26.307	26.850	26.307	39.831
Total - passivo	227.320	547.434	227.320	617.903
Total líquido classificado no passivo não circulante	159.132	212.882	159.132	273.104

Em 31 de dezembro de 2017, considerando a expectativa da administração, a realização do prejuízo fiscal majoritário ocorrerá somente após 2020, o que depende de resultados de impostos retentáveis para cada jurisdição tributária e da confirmação das premissas utilizadas na projeção do fluxo de caixa. Adicionalmente, a Companhia realizou análise para recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, levando em consideração o histórico de prejuízos passados e futuros, de acordo com o CFC 32 - Tributos sobre o lucro, e decidiu realizar provisão para perda da totalidade dos impostos diferidos ativos, com exceção do equivalente a 30% dos impostos diferidos passivos, constituídos sob a forma de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando dissipação entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Venda de produtos	2.191.684	2.630.398	3.511.232	5.115.542
Serviços prestados	115.603	168.840	209.391	326.109
Impostos sobre vendas	(620.789)	(757.384)	(645.253)	(814.144)
Abatimentos/descontos	(13.634)	(21.880)	(76.025)	(139.156)
Total	1.672.864	2.019.774	2.999.345	4.486.351

Na controladora, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, ICMS, PIS, COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS. No consolidado, incluem também o imposto sobre Valor Agregado - IVA.

21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depreciação e amortização	(234.230)	(263.667)	(306.425)	(424.238)
Salários e benefícios a empregados	(268.843)	(288.526)	(508.572)	(748.375)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(410.825)	(501.683)	(558.855)	(774.805)
Despesas tributárias	(6.354)	(2.527)	(55.967)	(44.681)
Serviços de terceiros	(152.848)	(175.524)	(248.951)	(385.737)
Despesas com aluguel	(6.540)	(60.214)	(10.052)	(65.823)
Despesas com frete	(196.116)	(225.724)	(286.000)	(402.366)
Despesas com manutenção	(103.271)	(106.964)	(210.244)	(305.314)
Despesas com combustível	(242.060)	(240.909)	(388.274)	(517.704)
Despesas com eletricidade	(243.532)	(190.243)	(213.514)	(313.916)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	4.817	(7.833)	4.800	(7.753)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	32.282	39.476	33.305	46.786
Provisão para perdas em imobilizado (b)	(747.839)	-	(747.839)	-
Provisão para desmobilização/alienação de fábricas (c)	(18.765)	-	(18.765)	-
Outras despesas	(239.012)	(121.558)	(276.022)	(162.497)
Total	(2.846.936)	(2.145.896)	(3.791.377)	(4.426.233)
Custo das vendas e dos serviços	(1.856.359)	(1.770.228)	(2.499.011)	(3.576.030)
Despesas administrativas e comerciais	(398.982)	(420.023)	(512.757)	(601.000)
Outras receitas (despesas) operacionais	(779.495)	44.360	(779.609)	70.807
Total	(2.834.836)	(2.145.896)	(3.791.377)	(4.406.223)

(a) Em 2017, refere-se substancialmente a venda de 5 terrenos localizados na cidade de Pedro Leopoldo, no montante de R\$ 15.300, 1 terreno localizado na cidade de Jundiá, no montante de R\$ 11.010, e de lotes de betoneiras no montante de R\$ 9.677, para a controladora PMV S.A. e terceiros.

(b) Refere-se à provisão para perdas com imobilizados, conforme mencionado na nota explicativa nº 10(b).

(c) A Companhia reconheceu provisão para obrigações contratuais no montante de R\$18.764.

A DIRETORIA

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da InterCement Brasil S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia") e suas controladas e respectivas subsidiárias e respectivas controladas, de acordo com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, de acordo com as normas internacionais de auditoria aplicáveis e os critérios utilizados pela InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião
Nosso trabalho foi conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Aceitamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e não em separado, a menos que seja especificado de outra forma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Avaliação sobre a realização de impostos diferidos ativos
Por que foi considerado como um PAA

A Companhia tem acumulado saldos significativos de imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de diferenças temporárias no montante de R\$68.188 mil (na controladora e no consolidado), em 31 de dezembro de 2017, cuja realização está suportada por estimativas de geração de base tributável futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração, conforme as práticas contábeis CPC 32/IAS 12 que endereçam a constituição e realização dessas diferenças temporárias. Devido à complexidade de julgamento exercido na avaliação e determinação destas estimativas de realização deste ativo diferido correspondente, consideramos essa área como área de foco em nossa auditoria.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos de impostos diferidos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nºs 2, 2.0, 2 e 19 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) análise histórica de geração de base tributável e de realização destes créditos tributários; (b) a análise dos cálculos pertinentes e da capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, e assim, de realizar os saldos registrados; e (c) avaliação da adequação das divulgações realizadas com relação aos impostos diferidos.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos os critérios utilizados pela Administração da Companhia para a análise de realização do imposto de renda diferido, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Avaliação sobre a redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo, incluindo o ágio ("impairment")
Por que foi considerado como um PAA

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem saldos de ativo imobilizado com vida útil definida apresentando indicadores de "impairment", com valor residual de R\$1.876.365 mil e R\$2.221.686 na controladora e no consolidado, respectivamente, e ágio decorrente de aquisição de empresas no montante de R\$301.312 mil (na controladora e no consolidado), em 31 de dezembro de 2017.

Devido à relevância, ao alto grau de julgamento e complexidade, por parte da Administração, na projeção das projeções de fluxo de caixa futuro e/ou mercado de valor de mercado de ativos, a determinação das premissas utilizadas na elaboração do valor recuperável e do valor de mercado, da sensibilidade e subjetividade das premissas significativas que envolvem projeções de demanda de mercado, de margens operacionais e de taxa de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização de tais ativos, bem como a necessidade de reconhecimento de perdas no valor recuperável destes ativos. Desta forma, avaliamos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e as premissas adotadas estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nºs 2, 6, 2.14, 2.16, 10 e 11 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) análise do laudo de avaliação do valor de mercado de determinados ativos de longo prazo; (b) exame da análise preparada pela Administração, para verificar no cálculo matemático do fluxo de caixa futuro; (c) envolvimento de especialistas em revisão da taxa de desconto e nos laudos; (d) aplicação de critério profissional no exame dos documentos que contemplam elementos importantes para a aplicação do nosso julgamento profissional, tais como análise sobre a capacidade de geração de caixa futuro, comparando inclusive com seus planos mais recentes e considerando uma avaliação da sensibilidade do potencial impacto de uma alteração razoável nas principais premissas utilizadas pela Companhia, em suas, de crescimento e taxa de desconto, para assim concluir sobre a capacidade de recuperar os ativos correspondentes; (e) avaliação da adequação das divulgações elaboradas pela Administração nas demonstrações financeiras.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Variação cambial:				
Receita com variação cambial	79.652	177.402	91.762	211.399
Despesa com variação cambial	(65.293)	(163.899)	(88.380)	(253.729)
Total	14.359	13.503	3.382	(42.330)
Receitas financeiras:				
Variação monetária	23.493	31.436	23.815	31.466
Rendimento financeiro	28.200	62.154	30.273	65.803
Juros ativos	4.868	6.947	4.868	6.955
Instrumentos financeiros derivativos (*)	27.406	699	27.406	699
PIS e COFINS	(5.045)	(5.017)	(5.107)	(5.032)
Outras receitas	10.654	2.609	13.416	14.096
Total	89.576	98.818	94.671	113.972
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(10.782)	(23.547)	(12.411)	(28.355)
Despesa com juros e encargos	(353.814)	(512.180)	(405.084)	(665.904)
Despesa de multas	(2.805)	(1.907)	(2.818)	(1.908)
Instrumentos financeiros derivativos (*)	(8)	(16.767)	(8)	(16.995)
Outras despesas	(33.437)	(17.884)	(60.922)	(115.708)
Total	(400.846)	(572.285)	(481.243)	(828.870)

(*) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 27.4.

23. COMPROMISSOS

a) Contratos de arrendamento como arrendatário
Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos no Brasil tem prazos de duração entre cinco e dez anos. A estimativa de pagamentos de aluguel, em valores nominais, é composta por:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Até 1 ano	30.884	39.380	30.884	42.251
De 1 a 5 anos	35.389	56.219	35.389	60.282
Mais de 5 anos	102	13.016	102	13.016
Total	66.376	108.615	66.376	115.549

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecido o montante de R\$40.092 (R\$59.291 em 31 de dezembro de 2016) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional.

b) Contratos de compra
A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2017	-	-	-	42.444
2018	-	-	25.937	42.444
2019	-	-	29.194	42.444
Após 2020	-	-	31.279	45.981
Total	-	-	86.410	173.313

24. RESULTADO POR AÇÃO

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Numerador básico e diluído -				
Alíquotas do imposto de exercício para os acionistas	-	-	(1.660.009)	(282.968)
Denominador básico e diluído -				
Média ponderada de ações	3.943	3.943	3.943	3.943
Prejuízo básico/diluído por ação ON (em reais)	(421.001,52)	(71.764,65)	(421.001,52)	(71.764,65)

25. SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndios, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade

Responsabilidade Civil R\$51.298.992
Responsabilidade Operacional R\$515.760

26. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas:

- Ao Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750mil, equivalentes a R\$1.281.600 (US\$ 292 milhões em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a R\$965.936), destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de € 460mil, equivalentes a R\$1.040.535 (€206 mil em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a R\$820.835), destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 22 de agosto de 2017, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cimpor Trading e Cimentos S.A. e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €100.000 mil, equivalentes a R\$396.930, destinado a usos corporativos gerais.

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$20.642.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

• Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Camargo Corrêa S.A.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São constituídos aplicações financeiras, financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

27.1 Gestão do risco de capital
A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

27.2 Administração dos riscos financeiros
A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

27.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	29.247	411.093	29.826</	